

Investimentos externos: o País ainda não é atraente.

A chegada da missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao País e o início das negociações — que poderão resultar numa carta de intenções do governo brasileiro garantindo o cumprimento de metas fixadas pela instituição — serão decisivas para desencadear novamente o interesse dos investidores estrangeiros no Brasil. Mas, a curto e médio prazo, as perspectivas de atração de capital externo ainda são muito limitadas, analisam os especialistas, como o ex-assessor da dívida externa do ex-ministro da Fazenda Bresser Pereira, Paulo Nogueira Batista Júnior. Ele sugere ao governo que encontre em primeiro lugar, o caminho para enfrentar o problema da dívida acumulada no passado, renegociando empréstimos para pagar juros atrasados.

Os investidores potenciais — japoneses, norte-americanos e europeus — aguardam com expectativa o desenrolar desses acordos entre o governo, o FMI e os bancos credores (as negociações devem ocorrer de forma separada), para reiniciarem seus negócios em território brasileiro. Elas estão congeladas há algum tempo, por causa não só da situação econômica interna, muito instável, mas também devido à moratória (o não pagamento dos juros), que já dura um ano.

Ao formalizar o acordo com o FMI, o Brasil vai tentar reverter essa situação, que colocou sua economia em terceiro plano na atração de capital externo, e ainda vencer a concorrência imposta pelos países do Leste europeu. A preferência dos credores e investidores pelo Leste europeu é clara, segundo relatório recente do Banco de Compensações Internacionais (BIS), de Basileia, Suíça. O saldo dos empréstimos para a América Latina caiu 4,4% no segundo semestre do ano passado (ou seja, foi devolvido dinheiro), enquanto para os países do Leste europeu o saldo subiu 3,3%. Ao contrário dos países do Terceiro Mundo (especialmente a América Latina), o Leste europeu foi beneficiado pelos bancos credores — somente a União Soviética recebeu, no segundo semestre de 1989, US\$ 1,9 bilhão em empréstimos.

Para Paulo Nogueira Batista

Júnior, a América Latina vem perdendo importância relativa há muitos anos, desde o início da década, quando as transformações do Leste europeu ainda não estavam em pauta. “Não é que os governos latino-americanos não tenham credibilidade, os países é que perderam a credibilidade”, ele explica.

Evasão de capital

Em 1989, o Brasil registrou o maior movimento de saída de capital estrangeiro para o exterior, segundo levantamento do próprio Banco Central. Em setembro do ano passado, a estimativa de repatriação (sem contar a remessa de lucros) era de US\$ 1 bilhão, comparado com o ingresso de investimentos estrangeiros na ordem de US\$ 500 milhões.



Arquivo/AE

Nogueira Batista:
o País precisa pagar os
juros atrasados.

Da parte dos investidores e dos credores, **cautela** é a única palavra. “Estamos esperando um pouco mais para ver como será consolidado o acordo com o FMI”, diz o vice-presidente executivo da Câmara Americana de Comércio, John Edwin. Lembra ele que no Brasil o investimento histórico (acumulado) dos norte-americanos é de US\$ 10 bilhões, e tem-se mantido estagnado nos últimos anos. “O Leste Europeu está na moda” — observa Edwin —, “mas qualquer investidor sabe que o Brasil pode ser melhor opção ainda, devido ao tamanho do mercado, do PIB (US\$ 360 bilhões) e à qualidade da mão-de-obra. Certamente tais atributos superam os países do Leste, que ainda contam com um arcabouço jurídico complicado para investimentos estrangeiros”.

O presidente do Bank of America — segundo maior credor do Brasil, com empréstimos no Valor de US\$ 3 bilhões —, Joel Korn, observa que a boa receptividade obtida pela ministra Zélia

Cardoso de Mello em seus contatos no exterior há duas semanas não implica numa mudança de postura dos bancos credores em relação a novos empréstimos. “Primeiro há necessidade de o governo brasileiro definir o pagamento dos juros atrasados e formalizar um acordo com o FMI.” Joel Korn estima que esses acordos podem demorar — pela sua complexidade — até um ano para serem concluídos, baseado nos acordos efetivados com o México e a Venezuela.

Os japoneses anunciaram no ano passado empréstimos no valor de US\$ 4 bilhões para os países da América Latina e Caribe, provenientes do Fundo Nakasone. Desse total, US\$ 1,4 bilhão seriam destinados ao Brasil, para projetos de infra-estrutura e irrigação. Tudo, porém, foi condicionado ao acordo com o FMI. Os empréstimos, que são alocados via Eximbank japonês e Overseas Economic Cooperation Fund (O CECF — a agência oficial de crédito do Japão), seriam liberados a partir deste ano, mas ainda estão em fase de “detalhamento de contratos” com o governo brasileiro.

— Estamos à espera da missão do FMI, é provável que não ocorra desembolso nenhum antes do final do ano — prevê o representante do escritório brasileiro do Fundo Internacional de Cooperação Econômica.

O presidente do conselho de administração do Banco de Tokyo, Toshiro Kobayashi, observou que o Brasil só detém 2,9% dos investimentos globais feitos pelo Japão no mundo, o que representa US\$ 5,7 bilhões. E, apesar de o Japão ser ainda o terceiro maior investidor em nosso país, seu interesse vem diminuindo nos últimos tempos. O excessivo protecionismo adotado na economia até o governo Collor, as reservas de mercado, as elevadas taxas de inflação entre 1988 e 1989 e a sofrível infra-estrutura de transportes e comunicações foram fatores determinantes para o desinteresse do investidor japonês, avalia Kobayashi. Segundo o **chairman** do Banco de Tokyo, o Brasil perdeu uma década preciosa, e ele espera que o novo governo coloque o País no contexto da “globalização das atividades econômicas”.

Bárbara Oliveira